

NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Enfamara Cassamá

ANO XXIV - N° 1618

Preço: 300 F CFA

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef. 21 37 13 / 21 37 28 - Bissau

Sida continua a matar em África

Na Guiné VIH-1 e VIH-2

somam e seguem



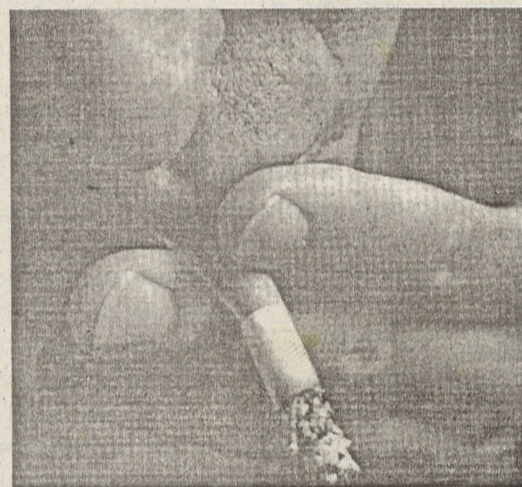
Este é o drama de sida em África. Esta mulher que é do Malawie, ocupa-se agora destas crianças cujos pais morreram vítimas de sida. Resta saber se estas crianças são ou não portadoras do vírus VIH. Na Guiné ninguém acredita mas esta é uma realidade

São alarmantes os dados estatísticos que dão conta do percurso evolutivo e, até aqui, imparável, das infecções com os vírus VIH-1 e VIH-2, causadores da doença de sida no mundo.

Sendo o país rico em vírus - pois somos possesores do VIH-1 e VIH-2 - os dados ora disponíveis, revelam que os números das pessoas infectadas com o "um" ou o "dois" desses bichos tendem para crescimento.

Páginas 6 e 7

Tabaco provoca doença pulmonar obstrutiva crónica

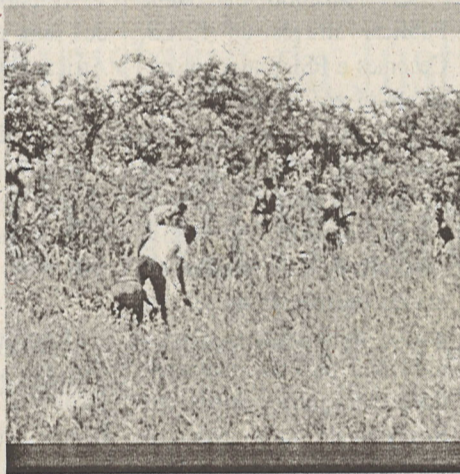


Daqui a uns anos cerca de 15 por cento dos fumadores poderão vir a sofrer de doença pulmonar obstrutiva crónica. Um problema que se caracteriza por tosse acompanhada de uma dificuldade crescente em respirar. Nos casos mais graves, a doença evolui para a insuficiência respiratória. A partir daí a esperança de vida reduz-se para cinco anos.

Página 8

Banco Islâmico de Desenvolvimento
Vai instalar agência no país

Página 10



Dia da árvore
Governo na gestão das florestas comunitárias

Página 3

Os "sete" da oposição criticam o Chefe de Estado

Página 5

Sida mais pobreza igual a homega

Se você ama a vida e não tem tudo para dar àquele com quem lidas, dinheiro, calçados, modas de tops models, então fale de Sida às cercanias, lisboetas e amigos de feira. O nosso tempo é tolo demais. Há muitas coisas novas que fazem sonhar e não pensar no mau azar.

Enfamará Cassamá

Nos últimos dias de Junho, reuniu-se em Bissau, no Hotti hotel, a Conferência Nacional de Reflexão sobre a Sida e Dinamização da luta. O evento foi organizado pelo Ministério da Saúde Pública e recebeu o cunho financeiro da Organização Mundial da Saúde, OMS. Vieram para Bissau, quadros sanitários e médicos, que falaram por um dia, todas as questões relativas a Sida, os bichos VIH-1 e VIH-2 que a provocam, as doenças que se contraem, fazendo o sexo, enfim, tudo o que pode

contribuir para o "espírito são em corpo são" do homem guineense. Mas, parece que as coisas tomaram outro rumo, sobretudo a partir do eclodir da guerra de onze meses.

Está claro. O país não está ameaçado. Não obstante, roubam toda e qualquer calma ao povo guineense, as informações que essa conferência nacional de reflexão sobre a Sida veiculou.

Há mais portadores do VIH-2

Saiu de 10.3 por cento, em 1993, para 17.6 por cento, em 1999. Quer dizer, se nesse ano, entre um grupo de cem guineenses havia dez outros seropositivos, já agora, esse número expirou dando lugar a mais de 17 pessoas infectadas dentro de um agregado de cem. Ora, se esses irmãos nossos são desconhecidos mesmo pelas pessoas que lhes são íntimas, quem é que vai avisar a malta do perigo que eles transportam consigo? Mais, o que será dito dessas pessoas íntimas dos portadores do vírus e suas frequências amorosas?

Parece que tudo está comprometido. O passado não foi assim muito glorioso, o presente, apesar de árduo, continua a envolver-nos. Mas o futuro, que dizer deste se as coisas continuarem como estão?

O país não está parado

É verdade! Uma nação, por mais pequena que possa parecer, segredou-me estes dias um ancião, deve evitar a infelicidade de estar parada. Estou satisfeito com sua ideia, fiz-lhe eu ver, mas não está acabada. "É simples: ou se avance para a frente, ou se retroceda; mas parar, nunca pode estar uma nação", explicou ele.

A par de o que ele disse, o nosso país jamais esteve parado na sua marcha histórica. As dificuldades que se-nos têm aparecido nas nossas acções de luta pelo desenvolvimento, não fazem mais que valorizar os resultados que alcançamos.

Os primeiros casos de Sida foram diagnosticados na Guiné-Bissau em 1985. O vírus que na altura circulava não era outro senão o VIH-2. Devido a progressão da infecção por esse bicho, em 1986, foi criada a Comissão Nacional de Vigilância Epidemiológica e luta contra Sida. Um ano mais tarde, em 1987, surgiu o Programa Nacional de luta contra Sida, PNLS, que passou a coordenar todas as acções de combate à Sida ao nível nacional. Após a elaboração em 1988 do primeiro Plano a Médio Prazo, PMT-1, para o período de 1989 a 1993, nasceu o Centro de Comunicação e Produção de Materiais de Ensino para a Saúde-Sida, CECOMES, em 1990. O Governo guineense celebrava assim, em 1996, um contrato com o PSI, uma agência norte-americana especializada em marketing social de preservativos.

O ministério de Saúde Pública, através do PNLS, Cecomés e PSI-Panté, empenharam-se em acções de combate à Sida - prevenindo a transmissão vírus, assegurando os cuidados possíveis aos indivíduos infectados, enquanto o Cecomés agia no terreno formando operadores no seio de grupos alvos, entre os jovens, militares, polícias, mulheres, líderes de opinião, alunos, etc. Realizou até mesas redondas rádiodifundidas, spots televisivos, filmagens e montagens para não citar que estes. O PSI-Panté, por seu turno, operava no sector de camisinhas, tendo em Dezembro de 1997 vendido mais 733 mil delas contra 525

mil preservativos, cuja venda estava prevista.

A lamentar nesse combate à Sida não é apenas o facto de o Comité Nacional de luta contra Sida, CNLS, que agrupa entidades do Governo e não-governamentais - ONG's, confissões religiosas e privadas - ter sido criado em 1992 para nada, pois nunca funcionou, como também essa famosa guerra de onze meses em que os guineenses se esqueceram que, além da morte com um tiro ou estilhaço de obus, outro mal agastante, doloroso, destrutor e invisível, mas presente em nós mesmos, lhes podia atingir. Refiro-me ao VIH-1 ou VIH-2 e as DTS.

Está claro que, da descoberta em pacientes guineenses do vírus VIH-2, em 1986 para esta parte, o país já tem a prevalência mais elevada de mundo. Segundo estudos sobre os factores de risco e prevalência do VIH-Sida em adultos, este facto tem a ver com a guerra colonial, 1963-1974. Porque, em toda a parte de mundo onde há guerra, há tropas e meretrizes.

Estudos também realizados em quatro Estados da África Ocidental, Guiné-Bissau, Gâmbia, Senegal e Côte d'Ivoire têm provado que o VIH-2, vírus de imunodeficiência humana, pode dar a Sida, da mesma maneira que o VIH-1.

Chegou a hora para o Governo arregar a dentucha em um combate sem tréguas em que a população guineense, particularmente os jovens, devem servir de ferro de lança contra a Sida e as doenças de transmissão sexual. É que, agora, cada guineense isolado, em grupo ou casal, deve aprender a comer a

banana com casca. Não vamos permitir que ocorresse no país aquilo que aconteceu no Uganda. Ali, a Sida matou tanto ao ponto haverem agora famílias inteiras sem pai, nem mãe. A Sida não é amigo da pobreza, conquanto mais é que, na conferência internacional sobre a epidemia que decorreu na África do Sul, os fabricantes de medicamentos aliviadores do mal se recusaram a participar para escaparem as críticas motivadas pela inacessibilidade das suas produções pelos pobres.

Ainda, na nossa casa, já morrem pessoas vítimas de diarreias, paludismo, etc., depois de passarem por estados de quase-esqueléticos, com botões ou inflamações na cara, nos membros locomotivos e ao longo da coluna vertebral. Os médicos que não têm lei que os proteja, informam os seus familiares apenas da doença visível que os matou, mas nunca as causas profundas. É que a Sida raras vezes mata como tal. Ela prefere destruir os organismos de defesa contidos no corpo do homem, após o qual deixa o terreno aberto para as pequenas doenças fazerem o resto. E contra esse trabalho de destruição que faz o bicho de Sida, não existe ainda nenhum medicamento eficaz, senão a nossa própria consciência como homem natural e mortal.

Para lembrar, gostaria de rezar com o FNUAP pela saúde da população mundial: "A qualidade de vida das gerações futuras depende de nós. Devemos deixar-lhes a escolha. Mas nós nos comportamos de tal maneira que elas não terão a escolha. Os dez próximos anos determinarão a forma que tomará o XXIº século. Eles poderiam determinar o advir mesmo do planeta como habitat para o homem".

Nô Pintcha

Director

Enfamará Cassamá

Director-Adjunto

Simão Domingos Abina

Chefe de Redacção

Domingos Meta Camará

Redactor Principal

Carlos Casimiro

Nacional

Domingos Meta Camará,

Reportagem

Adulai Djaló,

Desporto

Porfírio Mendonça

Fotografia

Mário Joaquim Gomes,
Manuel da Costa e Pedro
Fernandes

Secretaria de Redacção

Ivete Monteiro, Ângela Reis,

Edição Electrónica

Anselmo Matche, Mário
Oscar

Administração

Amâncio Tepam-é, Edmundo
Piedade, N'Gona Mané e
Ansumane Turé

Estagiários

Mama Saliu, Valentina da
Silva, Onélia Alves e
Amarante Sampa

Comemorado 1º de Julho, dia da árvore

Governo promove gestão das florestas comunitárias

□ Adulai Djaló

Há 22 anos que se instituiu o 1º de Julho, dia da árvore. A partir de então, a data é comemorada em todo o planeta, com o objectivo de chamar para a atenção das pessoas sobre a importância e necessidade de conservação dos recursos florestais.

A política do passado relativa à data que consistia, como é sabido, em plantar árvores silvícolas sem manutenção e acompanhamento regular, não teve impacto positivo, ou seja, nada resultou. Por isso, a Direcção das florestas e caça pretende implementar uma nova estratégia orientada na promoção de gestão das florestas comunitárias à nível nacional.

Nesta perspectiva, diferente dos anos anteriores, o Ministério de Agricultura, através da Direcção Geral das Florestas e Caça (DGFC) decidiu celebrar o 1º de Julho (dia da árvore), em Madina Djalocunda, sector de Pitche, Região de Gabú, sob o lema "Gestão das florestas comunitárias: um futuro para as florestas da Guiné-Bissau", para demonstrar e testemunhar as populações locais, a opinião pública nacional e internacional o engajamento de Governo nesse processo de transferência de gestão operacional às estruturas descentralizadas e aos particulares.

A escolha desse tema e da referida tabanca como palco nacional das comemorações do dia da árvore é feliz, pois enquadra-se, de um lado, na reorientação da estratégia em matéria da política florestal e pelo facto de a tabanca de Djalocunda ter demonstrado esforços positivos na conservação e manutenção dos recursos florestais do seu território, por outro.

À chegada, a delegação, chefiada pelo ministro da Agricultura, Alamara Nhassé, foi recebida num ambiente de festa com som de música tradicional Fula, étnia local, interpretando, em coro, cânticos de louvor e de satisfação aos organizadores do evento e da justa escolha da tabanca de Djalocunda como palco nacional para celebrar o 1º de Julho.

Pouco depois, a delegação que integrava, além dos directores gerais da Agricultura e das Florestas e Caça, o governador da Região de Gabú, do representante do FAO e do Coordenador do Projecto Agro-Silvo Pastoril (PASP), foi conduzida ao território florestal conservado, uma área com 219 hectares que, de acordo com o seu plano de ordenamento, está subdividida em quatro zonas: Zona futura, zona florestal reservada, zona agrícola ou planalto e a zona de pastagem.

Nesta última, onde viria decorrer a cerimónia oficial das comemorações, estava uma grande multidão, entre habitantes locais e convidados das tabancas vizinhas, a espera para assistir o acto, como forma de testemunhar ao Governo o seu total engajamento e vontade de continuar a assumir o seu papel de gestor das florestas comunitárias.

Floresta sofre altas pressões

A cerimónia foi marcada por discursos técnicos e políticos, retratando a situação real dos recursos florestais no contexto nacional e mundial, e o que deve ser feito para salvar o nosso ecossistema florestal que está a sofrer altas pressões. Na ocasião, o Director-Geral das Florestas e Caça fez saber que a superfície florestal está cada vez a reduzir-se. Aliás, anualmente, cerca de 30 mil hectares são devastados, em maior parte, pela acção directa do homem, através de derrubes descontrolados de árvores, exploração irracional de madeira, queimadas, entre outros.

Seity Cassamá considera este acto muito penoso, sobretudo para as gerações vindouras. Apontou que medidas preventivas devem ser tomadas para pôr termo a esta prática. Porque, segundo ele, passados 20 anos, o país não foi capaz de repovoar um só hectare de flo-



A superfície florestal sofre pressões humanas

resta devastada, não obstante a plantação de árvores que se fazia, mas que no fundo não passava de um esforço em vão, devido a ausência de uma política de manutenção e de acompanhamento regular.

Por isso, este responsável aposta na nova estratégia que a sua direcção irá implementar, isto é, confiar a gestão das florestas às próprias comunidades locais, enquanto o Estado passará a ser o facilitador, através de institucionalização da gestão florestal que passa pela reformulação da lei florestal.

Esta ideia foi reforçada pelo ministro de Agricultura ao afirmar que por mais que o Governo se empenhe na gestão das florestas, deixando de lado as populações, o processo cai ao fracasso. Pois, será preciso envolver a população, criando-lhe oportunidades, porque só ela e não mais ninguém é capaz de gerir condignamente as florestas, tendo em conta o seu contacto permanente e regular com o meio ambiente florestal.

Alamara Nhassé disse por outro lado que, de uma forma global, o ecossistema está fortemente ameaçado nos últimos 50 anos, com a diminuição, dia-após-dia, das superfícies florestais, caso concreto dos países da África do norte, e mesmo alguns de sul do sahará, que, agora, são condenados a viver em desertos. Isto significa que se nada for feito para inverter a situação, os nossos netos serão condenados a viverem em condições bastante difíceis.

Entretanto, o ministro aproveitou a ocasião para alertar aos camponeses, na base da experiência pessoal, a não confiarem muito nas chuvas deste ano, porque estão acompanhadas de ventos fortes, e chuvas desta

natureza nunca atingem o tempo necessário, pelo que o tempo deve ser aproveitado antes que seja tarde.

Preocupado com as conversas dos bastidores, segundo as quais o Governo nada fez desde que foi empossado e tribalizou a Administração Pública, Alamara Nhassé pediu a população que se mantenha calma e continuar a confiar na escolha que fez nas urnas, e fez saber que o Governo tem poucos meios porque herdou uma administração devastada pela guerra, pelo que é necessário que se dê tempo ao executivo.

"Apesar de curto espaço de tempo, já se pode ver alguma coisa palpável que o Governo tem feito, pelo menos, em Bissau. Refiro-me aqui a recuperação de vias urbanas que estão em curso um pouco por toda a parte da cidade e algumas inter-urbanas", sublinhou ele.

Relativamente ao muito comentado pendor para tribalismo pervalecente no Governo do PRS, Alamara Nhassé disse que isto não corresponde a verdade. "Estes comentários não passam de armas que estão a ser utilizadas pelos políticos fracassados para tentar dividir o povo guineense e tirar proveitos políticos", precisou.

Para argumentar a sua afirmação, este governante apontou alguns ministérios, cujos titulares não pertencem a etnia balanta, nomeadamente o dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades, Justiça, Secretária de Estado da Comunicação Social, entre outros.

No entanto, para encerrar a cerimónia, o Ministério da Agricultura, Florestas e Caça, em colaboração com os projectos PASP e Apoio Institucional, procedeu a entrega de alguns materiais agrícolas, a saber, duas carrinhas

de tracção com burro, duas carrinhas de mão, 20 catanas, 10 regadores (para horticultura), 2 mil sacos polietilenos (para plantação de árvores) e 20 pás, seguida de plantação oficial de algumas plantas silvícolas, com destaque para a palmeira melhorada e "pau de conta", como símbolo de recordação do acto que a tabanca de Djalocunda acolheu pela primeira vez.

Importa referir, para já, que a tabanca de Madina Djalocunda, para quem não a conhece, fica no leste da Guiné, na margem direita do troço rodoviário que liga a vila de Pitche à sede regional-Gabú. É habitada quase na sua totalidade por fulas, devididas em 24 famílias, cujas principais actividades de destaque são a agricultura e criação de gado. No domínio social, pode-se dizer que esta tabanca conhece atrasos por duas razões fundamentais: a falta de existência de um centro de saúde.

Acordo de parceria

Foi assinado em Maio de 1998, um contrato de gestão entre a DGFC e o Comité de gestão GFC de Madina Djalocunda. De acordo com o despacho normativo 01/GM/96 de 27 de Dezembro de 1997, a fim de enquadrar com regras transparentes, a transferência das responsabilidades de gestão na conservação e produção florestal nas áreas acima referidas.

O referido contrato preliminar esclarece no quadro da sua aplicação, um período experimental de 3 anos, nos termos dos quais, foi realizada uma avaliação do grau do cumprimento entre as partes envolvidas; a DGFC e o comité GFC de Madina Djalocunda. Esta avaliação que foi realizada de 09 a 12 de Maio de 2000, recomendou a assinatura dum contrato definitivo de gestão florestal.

Nesta base, e, tendo em conta os resultados alcançados pelos camponeses, a organização e o enquadramento da gestão, acentuados pelo contexto político-jurídico actual, a assinatura deste contrato definitivo para o envolvimento colectivo e individual das populações, se afirma determinante. A DSFC está a trabalhar para criar as condições de concretização desta recomendação.

Implicações da modalidade interna

“Nex” ou execução nacional

Durante dois dias, houve encontros de alto nível, entre o PNUD/ Bissau e o Governo, mais concretamente entre os dias 12 e 13 de Junho deste milénio. Reunião em que tive o prazer de participar, no âmbito da minha função no quadro orgânico da secretaria de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Comunicação Social e Assuntos Parlamentares.

A análise destas reuniões é de extrema importância para a realidade sócio-económica e política da Guiné-Bissau e, desta forma, também, é para o desenvolvimento do país.

Helder Dias



Entretanto, os pontos focados em reuniões sucessivas revelaram-se frutíferos, contudo, um dos pontos mereceu especial atenção. E que são os critérios necessários para haver a execução nacional de projectos resultantes da cooperação internacional principal senão o único, mesmo e com um mandato como tal. De resto, as outras formas de cooperação denominadas como sendo técnicos ou

seja a forma de cooperação em interfase. Por isso, dessas reuniões foram feitas recomendações para haver o respeito pelo gabinete da cooperação Internacional, que deve desenvolver formas de cooperação com a direcção geral do plano e os parceiros internacionais de modalidade de execução nacional ou “Nex” - em inglês diz-se Nacional Executivo. E um sistema que foi proposto pelo Programa das Nações Unidas, visa sobretudo o acompanhamento ou fiscalização de execução dos trabalhos e projectos com retoma ou criados sem precedentes.

O “Nex” é uma modalidade, que entre outros aspectos levanta novamente a questão relativamente com o termo de referência. Ao apontar a necessidade de haver o seguimento ou a fiscalização de projectos, execução conjunta com o governo, e que, deve estender até a substituição de projectos, por outros exclusivamente, criados por aquele organismo, só mostra-se inconveniente e impróprio, pelas seguintes razões:

Facilmente, pode-se descuidar que o PNUD tem um mandato na qualidade de sistema coordenador de programas de desenvolvimento, social, político. Em relação com o aspecto

económico, ele é, um sistema catalizado de confiança e de fundos de doadores internacionais, ficando de fora o seguimento ou a fiscalidade sobre a execução de projectos implementados ou a serem realizados. E neste contexto, cabe ao governo fazer a execução de projecto. Aliás, a participação do programa das Nações Unidas só será notória e de forma evidenciada, se ou quando o governo solicitar o seu apoio, por razões que estejam ligadas com a política de boa governação e de transparência com a gestão de coisa pública. Caso contrário, o termo de referência descrito da mesma forma colidiria necessariamente com as aspirações assentes no programa do governo ou com os critérios programáticos e orçamento geral do Estado aprovado.

Outra razão é de que, os recursos humanos nacionais podem ver as aspirações limitadas, face ao enquadramento nos organismos internacionais, uma vez estarão cerceadas as oportunidades que deviam ter, para demonstrar os conhecimentos a epistemologias aliadas a experiência científica.

Na área da Comunicação Social, a modalidade “Nex” poderá impôr a que, no âmbito da realização de

revisão, a meio-termo, em que as etapas preparatórias são desta maneira, imprescindíveis, para haver o sucesso da cooperação bilateral ou multilateral, o mandato ao programa dita as regras sobre exequibilidade de projectos. Referi-me ao mandato é o documento que dá a legitimidade ao sistema das Nações Unidas de aplicar os seus programas.

Poderia haver pelo menos, um período preliminarmente fixado, durante a execução de projectos entre o sistema das Nações e o governo, em que os recursos humanos, de forma implícita tenha oportunidades de mostrar as suas capacidades, sob o aspecto de boa governação.

Provando-se o epitáfio “djitu ten” se o termo de referências não for e pensando sócio-político e economicamente neste moldes, este governo e todos os governos futuros poderão incorrer no risco de desenvolver actividades internas, com características das normas internacionais e públicas, ao invés de desenvolver actividades internas com características de normas públicas internacionais. Isto é, poderão passar a atribuir o valor máximo, aos poderes implícitos, externo, do que o interesse público e nacional.

Yalá reprova decisão de N'tchama

O Primeiro Ministro, Caetano N'tchama terá que encontrar outra alternativa para satisfazer as exigências de aumento salarial dos funcionários públicos propostas pelos sindicatos.

O Chefe de Estado, Kumba Yalá, reprovou na quarta-feira, a ideia de redução desses magros salários para os funcionários com categorias a partir de Director Geral.

A anunciada redução de salários não terá nenhum efeito uma vez que vai contra a lógica e a razão, sublinhou Yalá. De seguida, explicou que “não se pode reduzir o salário das pessoas sem o consentimento delas mesmas. Se tiver que acautelar o bem-estar de todos os cidadãos então o Governo terá que procurar outras alternativas que não sejam a redução dos salários dos

funcionários, acrescentou.

Segundo a ANG, o Presidente da República falava em encontro com os magistrados do Supremo Tribunal de Justiça na sequência da recusa destes em receber seus respectivos bolos com gramas reduzidas. O que os levou a ameaçarem a entrar em greve a partir de quinta-feira, se os seus ordenados não lhes forem entregues tod inteirinhos.

Parece que o chefe do Governo não consultou o Presidente da República quanto a aplicação desta medida.

“Só hoje, (quarta-feira, 5 de Julho), tomei conhecimento dessa redução de salários,



quando o tesoureiro da presidência me levou o meu próprio salário”, fez ver Kumba Yalá. Depois, acrescentou: “Logo que constatei que havia



mais de metade do meu salário noutras paragens, comecei a reclamar e disse-lhe exactamente que todas as pessoas, cujos salários foram diminui-

dos tinham que ver os seus direitos repostos”.

Esta é a primeira vez que o Presidente Kumba Yalá reprova medida do Primeiro-Ministro Caetano N'tchama. O presidente que falava aos magistrados, fez também a questão de salientar que se dirigia igualmente para todo o povo da Guiné-Bissau.

A decisão de mexer nos salários de funcionários com categoria de Director-Geral, ou seja os de escalão superior, saiu das negociações realizadas em Junho último entre o executivo e os sindicatos. Visava a adequação dos salários baixos para os níveis mais humanos.

Os "sete" da oposição criticam o Chefe de Estado

Mais tensão na cena política guineense. Sete partidos da oposição entregaram à Jaime Gema, um memorando de perfil meramente político, em que acusam o Presidente da República, Kumba Yalá de ser o principal mentor da instabilidade, agitação social e paralisação prestes total do funcionamento das instituições públicas e privadas.

Estes factores, pensam esses sete partidos subscritores do documento, estariam a periclitarem a continuidade do processo democrático em curso no país.

No memorando entregue ao ministro português dos Negócios Estrangeiros, que efectuou uma curta visita para contactos com as autoridades guineenses, esse conjunto de sete partidos, a saber - o PAIGC, a Aliança Democrática, União Nacional para o Desenvolvimento e Progresso, a Frente Democrática Social,

Aliança Socialista Guineense, a União para a Mudança e FLING, referem que o novo poder instituído na Guiné-Bissau "tem vindo a adoptar medidas que não coadunam com as regras de jogo democrático".

Segundo eles, o Presidente da República estaria a "assumir publicamente, posições de líder partidário, proferindo afirmações não fundamentadas e extremamente graves em relação aos partidos políticos da oposição, ameaçando até proibir as actividades de um deles".

Além disso, Kumba Yalá teria proferido ameaças de prisão e espancamento contra dirigentes oposicionistas em reuniões institucionais.

Cómpultando o documento se pode ler que "o Governo do PRS/RGB tem vindo adoptar posições e medidas de governação autocráticas, inconstitucionais e sem base legal, sobretudo a partidarização total da administração pública e consequente saneamento de quadros técnicos experientes e competentes.

Outras acusações têm a ver com o "não cumprimento

do preceituado constitucionalmente em termos de matérias de consulta obrigatória aos partidos políticos da oposição com assento parlamentar, a confiscação por via administrativa e ilegal de bens pertencentes a cidadãos guineenses, bem como a adopção de legislação inconsequente, incongruente e inaplicável, tem vindo a perturbar o normal funcionamento da vida económica e social do país; atentados contra a liberdade de imprensa e os direitos fundamentais do cidadão consagrados cons-

titucionalmente, ao ponto de se ter procedido a prisão ilegal de jornalistas e dirigentes partidários.

Para o grupo de partidos da oposição guineense, as atitudes acima referidas têm vindo a ser a principal fonte de instabilidade, agitação social e paralisia quase total do funcionamento das instituições estatais e privadas, factores que estão a pôr em risco a continuidade do processo democrático na Guiné-Bissau, concluíram eles..

Domingos Meta Camará

RGB/MB

Guerra inter-facções parece sem fim

"A preocupação relacionada com as consequências do oportunismo que levou à tentativa do assalto à direcção, esteve na origem da reunião da Comissão Permanente da Resistência da Guiné-Bissau-Movimento Bafatá realizada recentemente na sua Sede Nacional em Brá".

Esta posição consta de uma nota à imprensa emitida por esta formação política em que diz que no encontro em que participaram as estruturas de base do partido ao nível de presidentes e secretários das regiões e dos sectores, visava demonstrar a sua determinação em fazer face ao grupo dos senhores Helder Vaz, Zinha Vaz, Fausto José Mendes, Dundo Fernandes, Bamba Sambú, entre outros anónimos. Eis as resoluções adoptadas no fim da sessão:

1. Considerar ridícula a alegada e pretensa expulsão de dirigentes e membros da Comissão Permanente por indivíduos que não têm nenhuma legitimidade, como eles próprios reconhecem, e que pertencem a órgãos inexistentes na RGB e alheios ao

Partido;

2. Retomar todas as actividades dos órgãos centrais, regionais e sectoriais do Partido, a partir daquela data;

3. Comunicar a todos os militantes que a partir daquele momento serão criadas as condições e há motivos para a abertura permanente da Sede Nacional, em Brá, onde poderão receber informações sobre a vida do Partido;

4. Redobrar a luta pela batalha judicial até à anulação da famigerada anotação, adoptando medidas concretas, entre as quais a convocatória de uma grande manifestação em frente ao Supremo Tribunal de Justiça, para exigir a demissão imediata do Dr. Emiliano Nosolini, considerado como obstáculo à implementação e transparência da Justiça no país, e factor de divisão para a RGB/MB;

5. Solidarizar-se com o Secretário-Geral da RGB, senhor Mário Ussumane Baldé e condenar veementemente as provocações seguidas de agressão física por parte de Fausto José Mendes, 2º vice-Presidente da Assembleia Nacional Popular;

6. Encorajar o incorruptível advogado do Partido, Dr. Pedro Infanda, a prosseguir com firmeza e determinação até que se lhe reconheça a luta pela justiça no caso Bâ-Fatá, apesar de ameaças de morte e tentativas de suborno;

7. Reiterar o apelo aos órgãos da Soberania do país, à sua Excª senhor Presidente da República, senhor Presidente da ANP, Primeiro Ministro o Procurador Geral da República para que prestem atenção à justiça no país em especial neste caso da RGB/MB.

ANP já é membro da UIP

Em 27 de Junho último, decorreu em Genebra a reunião da União Inter-parlamentar, UIP, em que a Guiné-Bissau foi representada pelo Deputado Abel de Carvalho.

Numa nota à imprensa, o gabinete do Primeiro-Ministro defendeu que, Caetano N'Tchama, que se encontrava nessa altura em périplo por alguns países europeus, particularmente em Genebra, discursou na sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, sobre o desenvolvimento social, que culminou com o encerramento deste evento, no dia 30.

Caetano N'Tchama esteve

igualmente no dia um deste mês em Craus Montana Suíça, onde tomou parte no fórum sobre a globalização e potencialidades da Guiné-Bissau, prevenção, gestão e resolução pacífica de conflitos; manutenção da paz e estabilidade como condições de desenvolvimento social e diminuição da pobreza em África.

Depois, ele manteve um encontro no dia 3, com o Ricardo Melendez-Ortiz, director executivo do Centro Internacional para o Comércio e Desenvolvimento Sustentável, e com a Mare Robinson, alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, na presença da Benédeta Odorisio, responsável do dossier dos direitos humanos da Guiné-Bissau. A missão do Primeiro-Ministro N'Tchama, a testa de uma caravana governamental, terminou nesse dia na Suíça.

Encontro de Bissau

Sida aumenta entre nós

São alarmantes os dados estatísticos que dão conta do percurso evolutivo e, até aqui, imparável, das infecções com os vírus VIH-1 e VIH-2, causadores da doença de sida no mundo.

Sendo o país rico em vírus - pois somos possessores do VIH-1 e VIH-2 - os dados ora disponíveis, revelam que os números das pessoas infectadas com o "um" ou o "dois" desses bichos tendem para crescimento.

Se em 1993, já falando do VIH-1, existiam entre nós 38 pessoas infectadas, isto é, 1,3 por cento, em 1999, esse número passou para 66 pessoas infectadas, representando 14,2 por cento no cômputo geral. No que toca o vírus da casa - VIH-2 - que é também de toda a África Ocidental, o registo saltou de 10,3 por cento, em 1993 para 17,6, em 1999.

□ Enfamará Cassamá

Há casos em que os dois bichos medonhos coabitam numa só pessoa. Nesse sentido, de 1993 para 1999, os números subiram de 1,4 por cento para 5,9.

Em estudo, a conferência nacional de reflexão sobre a Sida que se decorreu em Bissau em 29 de Junho último, observou que "foram aparecendo casos de infecção pelo VIH-1, enquanto a infecção pelo

VIH-2 tende para estar estável". Na sequência desse estudo, ficou demonstrado que "a infecção pelo VIH-1 é mais agressiva, pois tem menor período de incubação" e mata mais rapidamente do que o VIH-2, o mais vulgar na nossa zona africana.

Porquê essa tendência para aumento de infecções pelos dois vírus?

Em estudo saído da conferência, está explícito o seguinte: "A inoperacionalidade dos serviços de saúde durante o conflito político-militar que assolou o país durante onze meses, nomeadamente nos aspectos de educação para a saúde entre outros, originou o aumento brusco de casos de algumas doenças transmissíveis, entre as quais as doenças sexualmente transmissíveis (DST) incluindo o VIH-



Uma mulher ladeada de crianças cujos pais morreram de sida

Sida".

Desde o diagnóstico do primeiro caso de Sida na Guiné-Bissau, em 1986, passou-se a fazer o seguimento em certas mulheres grávidas, doadores de sangue, polícias e doentes de tuberculose, a fim de se situar o nível da evolução da infecção provocada pelo VIH. O seguimento das mulheres grávidas iniciou em 1987 na maternidade do Hospital Nacional Simão Mendes e, desde então, passou a ser repetido todos os anos. Um ano mais tarde, em 1989, a

mesma actividade arrancou nos postos sentinela regionais.

A metodologia reza que se faça isto: tomam-se amostras de sangue das grávidas que frequentaram as consultas pré-natais em Bafatá, Canchungo e Catió no período que vai de Novembro de 199 a Abril de 2000. Esses bocados de sangue apanhado em cada uma delas foram enviados depois para o Laboratório Nacional da Saúde Pública, onde os testes se realizaram. Em regra geral, a confidencialidade foi respeitada, enquanto os resultados de

sífilis eram mandados para as respectivas regiões por forma a permitir que as mulheres pacientes serem tratadas. Porém, aquelas cujos resultados acusaram a presença do VIH, o vírus que provoca a doença de Sida, são apresentados como prevalência de forma agrupada.

Em Bafatá, a idade média das grávidas foi 23 anos, variando de 14 a 46 anos. Em Canchungo, a média é de 25 anos (com idades que variam entre 15 e 49 anos). Aquela idade que mais foi verificada

em todos os postos foi de 20 anos. E observou-se que a prevalência do VIH-1, em Bafatá, é de 3,83 por cento, uma vez que a dupla infecção é considerada VIH-1. Em Canchungo, a dupla infecção foi muito comum sendo a prevalência global do VIH-1 de 2,6 por cento. Assim, além da tendência para o aumento do VIH-1 desde o ano de 1993, globalmente, houve a associação do VIH-1 com a sífilis.

Concluindo, refere o estudo que "a prevalência do VIH-1 nas grávidas, sobretudo

POPULAÇÃO

Rede dos Jornalistas em Matéria da População e Desenvolvimento - Patrocínio FNUAP, Bissau - 11 de Julho de 2000

Casa das Mães

Abrigo das vulneráveis



Há seis anos, a Casa das Mães, em Gabú, surgiu como projecto, no sector da saúde materna, envolvendo a população, UFAS e ONG's como Associação Guineense para o Bem Estar Familiar (AGUI-BEF) e o Grupo italiano de Voluntários Civil (GVC), com a iniciativa da Direcção Regional de Saúde. Foi construída em 1994, na sequência de um estudo efectuado pelo GVC. Em 1989, os resultados concluíram que a taxa de mortalidade materna estava muito alta, ou seja 15/1000 nascidos vivos e as causas estavam estritamente ligadas aos hábitos costumeiros das populações que tinham o hospital como o último recurso.

Pág..... 4

As tarefas do século XXI

Pág..... 2

Entrevista



A emancipação da mulher é possível com apoio dos homens

Pág..... 3

SALVAR A VIDA DAS MULHERES



Por ocasião da celebração do Dia Mundial da População a Dr.ª Nafis Sadik, Directora executiva do Fundo das Nações Unidas para a População endereçou ao mundo a seguinte mensagem:

Onde quer que elas estejam no mundo, as mulheres não deixam de correr riscos.

- Em cada minuto, uma mulher morre na sequência duma gravidez: um número muito maior sofre de doenças e lesões.

- Raparigas muito novas correm sérios riscos de gravidez: o risco de morte é cinco vezes maior entre 10 e 14 anos do que para as mulheres de 20 a 24 anos.

- As mulheres estão mais expostas a contrair o VIH e outras infecções sexualmente transmissíveis. Em África, o número das mulheres sepositivas ultrapassa agora o número dos homens em dois milhões.

- Mulheres em idade de procriar, em igual número, morrem da violência e do cancro: uma mulher sobre três será vítima de violências numa determinada altura da sua vida.

- Em situações de urgência, as mulheres assumem a responsabilidade dos membros mais velhos e dos mais jovens da família. Mas elas mesmas são pouco protegidas: as mulheres colocadas em situações de urgência correm um risco maior de estar exposta à violência.

Muitas mulheres não são livres de fazerem escolhas que modelem as suas vidas. Elas são pobres: no mundo inteiro, 60% dos pobres são mulheres ou raparigas. Elas têm pouca instrução: dois terços dos analfabetos são mulheres. Falta-lhes os cuidados de saúde: 350 milhões dentre elas ainda não têm acesso aos serviços de saúde em matéria de reprodução. Elas desempenham um fraco papel nas decisões políticas: as mulheres ocupam um oitavo das cadeiras parlamentares.

Uma melhor educação e melhores serviços de saúde, incluindo ligada a matéria de reprodução, dão as mulheres um poder acrescido de decisão. Uma mulher que controla a sua própria vida é uma mulher que corre menos de riscos. Qualquer mudança pressupõe:

- um engajamento: homens e mulheres têm direitos iguais. Entre esses direitos figuram a educação e os cuidados de saúde, incluindo para a saúde em matéria de reprodução.

- medidas: para mudar as leis, as práticas, as atitudes, o comportamento.

- dirigentes: para motivar a mudança; fixar objectivos, ativar os obstáculos; dissipar os receios; manter o impulso.

Os homens devem fazer parte do processo. Enquanto dirigentes comunitários e nacionais, os homens podem dar o sinal da mudança e encorajá-la; enquanto trabalhadores sanitários e educadores, eles podem facilitar o acesso e melhorar os serviços; como membros da família, membros da população activa e membros da comunidade, eles podem assumir uma responsabilidade individual a fim de garantir às mulheres respeito e segurança, no círculo da família e fora dela.

Nesta jornada nacional da população, tomemos o engajamento de agir para salvar a vida da mulher: para nós mesmos, pela nossas comunidades, pelo mundo.

Inquérito

Como vê a situação da mulher guineense?

Por Alberto Conté

A situação da mulher na Guiné-Bissau continua a ser preocupante, problema que afecta toda a camada social. A discriminação e falta de oportunidades são questões que preocupam ainda a mulher guineense que contudo não baixa os braços. Há vontades e valores mas o que falta, segundo elas, é mão do Governo. O país desenvolve-se com homens e mulheres.



Cadidjatu Seidi, funcionária pública

- Penso que até agora as mulheres continuam a não gozarem dos seus direitos. As dificuldades são sempre as mesmas, luta constante para a sobrevivência dos filhos.

Em relação aos outros países nós mulheres da Guiné-Bissau estamos muito atrasadas em termos de valor humano. Sempre somos prejudicadas, sobretudo, por parte dos homens. Os homens devem começar a dar mais valor as mulheres porque sem nós, os homens não são nada. Quero, por outro lado, dirigir, tam-

bém, esta mesma palavra ao Estado, porque a mulher é promotora de qualquer governo devido ao seu impenho na luta pelo desenvolvimento económico do país.



Antónia da Silva, "Bideira" -

No meu caso, já há muito tempo que estou a sustentar a minha família. As 7 horas da manhã já estou no mercado para vender os meus produtos e só regresso a casa ao anoitecer. Eu sei que a minha situação é um pouco diferente com o das outras mulheres, mas tenho a certeza que muitas vivem na mesma condição que eu. Deste modo posso dizer que

a nossa situação é dramática, mas isso não quer dizer que devemos cruzar os braços. A vida é feita desta maneira, mas o Governo deve apoiar as mulheres de actividade económica no sentido da sua promoção, porque muitas mulheres de outros países com a mesma situação que a nossa beneficiam de créditos e, hoje, estão a circular no nosso mercado. Precisamos também de levar os nossos produtos para outros países.

Por este motivo lanço um apelo ao Estado no sentido de nos apoiarem pelo menos em créditos para que possamos sair desta situação. Tenho a certeza que conseguindo um crédito teremos uma outra vida comercial para que depois possamos pagar o crédito recebido.



Olga Barbosa, "Bideira" - Há muitos anos que estou a vender no mercado Central, mas com a sua destruição durante o conflito perdi muitos bens pelo que estou a começar novamente de zero. O que eu quero neste momento é a recuperação rápida do mercado e também que o dinheiro que nos prometeram devido aos prejuízos sofridos

estamos até agora a espera mas ninguém diz nada sobre o assunto.

Penso que a situação da mulher na Guiné-Bissau não mudou, é sempre de sacrifícios em cima de sacrifícios. Para bem dizer eu passo todo o dia no mercado a procura do dinheiro para sustentar os meus filhos. O meu marido não trabalha há já muitos anos. Tenho que fazer esforço para pagar a escola dos meus filhos e comprar os materiais didácticos todos os anos. As vezes durante um dia não consigo vender nada. O Governo deve ajudar-nos porque os senegaleses conseguem tirar grande proveito no nosso mercado e os guineenses não têm meios para explorar o seu mercado quanto mais para circular nos mercados da sub-região.



Fatumata Seidi Bá, funcionária pública - A situação da mulher guineense é difícil porque não tem emprego pelo que continua a ser doméstica cuidando da criança em casa. As vezes são abandonadas com os filhos em casa, sozinha a dar voltas para sustentar aquelas criaturas de Deus, fazê-las ir para a escola. As mulheres são pouco consid-

eradas no local de trabalho em relação aos homens, por isso lanço um apelo a todas as mulheres no sentido de encerrar seriamente nos seus postos de trabalho revelando qualidades de que são capazes. Temos que deixar a ideia de que só os homens é que devem trabalhar, todos nós temos direito, mas para tal devemos passar primeiro pela escola.



Paula Melo, jornalista - Penso que como as mulheres de outra parte do mundo a mulher guineense já começou a revelar capacidades e conquistar o lugar que merece. Cada vez mais estão a despertar de consciência de que os seus lugares não é só em casa. As iniciativas, sobretudo, nas áreas económicas mostram o empenho e a dedicação das mulheres.

Na escola podemos encontrar também um número elevado de raparigas, isto tudo é de louvar e espero que a mulher vai continuar a conquistar o seu lugar lado a lado com o homem. A mulher deve revelar-se cada dia através das suas iniciativas para conquistar o verdadeiro lugar que merece.

As tarefas do século XXI

A rapidez do crescimento demográfico e uma fecundidade elevada travam o desenvolvimento e ajudam a perpetuar a pobreza. Em 1994, esta ideia levou a Conferência Internacional sobre a População (CIPD) a adoptar um ambicioso Programa de acção. Em 1999, a Assembleia geral das Nações Unidas, reunida em sessão extraordinária, pediu uma intensificação das medidas nos domínios-chave: saúde em matéria de reprodução e de sexualidade, mortalidade materna, necessidades dos adolescentes no plano da saúde em matéria de reprodução, redução do número de abortos e tratamento das consequências sanitárias dos abortos práticos em condições perigosas, prevenção do

VIH/sida, problemas relativos à igualdade dos sexos e educação.

Medidas-chaves para o futuro

A fim de avaliar se os objectivos da CIPD estão alcançados nos domínios-chave, o exame "CIPD+5" recomendou a fixação de novos pontos de referência:

- A taxa de analfabetismo das mulheres e das raparigas em 1990 deve ser reduzida em metade em 2005. A taxa líquida de escolarização primária para as crianças dos dois sexos deve ser em 2010 de 90% no mínimo.

- Em 2005, 60% dos centros de planeamento familiar e dos cuidados primários de

saúde devem oferecer um maior leque que seja realizável de métodos de planeamento familiar sem perigo e eficazes, os cuidados obstétricos essenciais, a prevenção e a gestão das infeções do aparelho genital, das quais DST, e os métodos que ajudem a prevenir a infecção; 80% desses centros devem oferecer esses serviços em 2010 e todos em 2015.

- Pelo menos 40% dos nascimentos devem ser assistidos por parteiras qualificadas nos países onde a taxa de mortalidade materna é muito elevada, e 80% no mundo inteiro daqui a 2005; esses números devem ser 50 e 80%, respectivamente, em 2010; 60 e 90% em 2015.

- Todo o desnível, entre a proporção dos indivíduos que utilizam contraceptivos

e a proporção dos que exprimem o desejo de espaçar os nascimentos ou de não ter mais filhos, deve estar reduzido a metade em 2005; a 75% em 2010 e totalmente eliminado em 2015. Para tentar alcançar este objectivo, não convém recorrer aos números indicativos ou a quotas.

- Para diminuir a vulnerabilidade à infecção pelo VIH/sida, pelo menos 90% dos jovens dos dois sexos do grupo de idade 15-24 anos, devem ter acesso em 2005 aos métodos de prevenção - como preservativos femininos e masculinos, testes voluntários, conselhos e seguimento - e pelo menos 95% em 2005, e 25% a nível mundial em 2010.

in os problemas demográficos/
FNUAP

Dr^a Luzéria dos Santos à "População"

"A emancipação da mulher é possível com apoio dos homens"

Por Athizar M. Pereira

Não existem dados fiáveis sobre o estado e a dimensão real dos problemas sociais, económicos, materiais, financeiros, culturais e legais que afectam as mulheres e crianças guineenses.

Dr^a Luzéria dos Santos, economista formada pela Universidade de Sófia, mestrada nos EUA, Estado de Illinois (W.I.U), foi escolhida Presidente de Instituto de Mulher e Criança. Na entrevista concedida à "População", dos Santos caracterizou em linhas gerais os objectivos e as intenções do Governo em relação ao Instituto: "Criar e operacionalizar instituições específicas de promoção e defesa da mulher e criança guineenses; Facultar o país de dados fiáveis sobre o estado e dimensão dos problemas que afectam a mulher e a criança guineenses; Promover a criação de uma nova legislação em matéria de promoção e defesa da mulher e criança revogando todas as normas e leis em contrário; Criar e operacionalizar mecanismos e formas que garantam o acesso da mulher aos recursos, à alfabetização e ao crédito; Formular e implementar programas e projectos especialmente destinados a promoção e defesa da mulher e crianças guineenses; criar e operacionalizar mecanismos e formas de concertação entre as mulheres e crianças a todos os níveis independentemente da sua pertença étnico-cultural, religiosa, partidária, por forma a encontrar consensos nacionais susceptíveis de acelerar o processo da promoção e defesa da mulher e criança guineenses; criar e operacionalizar mecanismos e formas que garantam o seguimento estratégico das acções em prol da mulher e criança guineenses bem como a boa gestão das ajudas nessa mesma matéria; criar e operacionalizar mecanismos e formas de apoio às iniciativas da mulher e criança a nível local, regional e nacional e finalmente criar condições que garantam comemorações condignas de eventos nacionais e internacionais relativos à mulher e criança.

Luzéria dos Santos afirmou que as mulheres guineenses são emancipadas, mas faltam-lhes apoios dos

O Ministério da Promoção Feminina foi extinto, nasceu o Instituto de Mulher e Criança. O objectivo está bem patente no novo "guião" das mulheres e crianças: promoção e defesa da mulher e criança, porque a situação das mulheres e crianças na Guiné-Bissau caracteriza-se pela existência de mecanismos e quadros institucionais e legais de fraca capacidade de intervenção e absorção de meios postos à disposição das mesmas.

Dr^a Luzéria dos Santos, presidente do Instituto da Mulher e Criança

homens para a concretização dessa luta. "Sabes que, se os homens não apoiarem as mulheres será difícil concretizar o nosso sonho", disse acrescentando meio sorridente - "os homens andam sempre a sabotar".

"Cinco anos depois da conferência de Beijing, começamos a elaborar programas para o desenvolvimento da mulher, mas a sua implementação não foi possível devido a guerra que assolou o país. Mas estamos a preparar o relatório nacional onde estão incluídos nos diferentes ateliers nomeadamente ONG's, juventude, e muitos assuntos importantes que dizem respeito a mulher e criança", venceu Santos, adiantando que para a elaboração de um projecto concreto para a integração e desenvolvimento económico-social da mulher guineense, bem como a integração das crianças na sociedade é necessário que sejam criadas condições objectivas de trabalho nomeadamente o espaço ou

instalação onde possa funcionar o Instituto para atingir os seus objectivos. "Há necessidade urgente de conceder ao Instituto de Mulher e Criança, uma instalação, onde possam instalar o Presidente e todo staff que o compõem. É pertinente iniciarmos a elaboração de projectos concretos de apoio a mulher e criança porque precisamos de relançar

as nossas actividades em consonância com os nossos parceiros internacionais", disse Luzéria, adiantando que a antiga instalação pertecente ao então Ministério da Promoção Feminina, esta neste momento ocupado por militares, o que dificulta enormemente o funcionamento do Instituto porque a maioria do pessoal e dos materiais não têm espaço para se instalar.

Programa a curto e médio prazo

Luzéria dos Santos afirmou a "População", que o Instituto tem dois programas para as mulheres tanto no meio rural, assim como no centro urbano. "No meio rural temos como meta, orientar as mulheres rurais no sector produtivo nomeadamente na agricultura, pesca, tintureira, comércio, e outras áreas prioritárias de intervenção porque a maioria delas são agrupadas em associações ou grupos de trabalho. No centro urbano, temos programas de capacitação das mulheres denominados alfabetização, e cursos de formação profissional através da criação de centros de costureiras, bem como a criação de projectos de micro-créditos, para as mulheres tanto os que vivem no meio urbano assim como os que labutam no campo", venceu a

Presidente de Instituto de Mulher e Criança. Paralelamente às intenções expostas, Santos vai ainda mais longe: "o Instituto pensa incrementar a política do género nas instituições públicas e privadas com o objectivo de elevar o nível das mulheres na esfera de decisão".

Crianças vítimas do conflito

"A situação das crianças neste momento, é lamentável. O Governo tem estado a tentar solucionar os problemas das crianças juntamente com os parceiros, mas a situação esta aquém das expectativas", assim começou a caracterizar Luzéria dos Santos a situação das crianças.

Para a Presidente do Instituto de Mulher e Criança, o conflito político militar havido no país afectou ainda mais a situação das crianças. "Neste momento temos muitas crianças traumatizadas, deficientes e orfãs vítimas do conflito, para não falar de muitos que se transformam em soldados", disse.

Santos afirmou que o Instituto está a trabalhar com os seus parceiros para ver a melhor forma de melhorar a situação das crianças porque existem muitos projectos neste sentido. Para além disso, a Presidente do Instituto da Mulher e Criança disse estar bastante decepcionada com a delinquência juvenil que tem caracterizado ultimamente o dia-a-dia de "nô praça". Temos um Comité de luta contra as práticas nefastas, vamos fazer tudo por tudo, para combater o mal pela raiz através de medidas correctas e concretas", sustenta a finalizar Luzéria dos Santos

FICHA TÉCNICA

Editor - Rede dos Jornalistas em Matéria da População e Desenvolvimento
Coordenação - Aniceto Alves e Humberto Monteiro

Textos - Athizar Mendes Pereira, Alberto Teixeira Cointé e Adulai Djaló
Fotografias - Adulai Djaló e Alfa Djaló
Maquetização - Mário José Oscar e Anselmo Matche
Composição electrónica - Nô Pintcha
Impressão e Acabamento - INACEP

Com o patrocínio do INIU ALP/Bissau

Salvar a vida das mulheres

Casa das Mães, um exemplo típico

Por Adulai Djaló

Há seis anos, a Casa das Mães, em Gabú, surgiu como projecto, no sector da saúde materna, envolvendo a população, UFAS e ONG's como Associação Guineense para o Bem Estar Familiar (AGUIBEF) e o Grupo italiano de Voluntários Civil (GVC), com a iniciativa da Direcção Regional de Saúde. Assim, foi construída em 1994, na sequência de um estudo efectuado pelo GVC, em 1989, onde os resultados fizeram concluir que a taxa de mortalidade materna estava muito alta, ou seja 15/1000 nascidos vivos e as causas estavam estritamente ligadas aos hábitos costumeiros das populações que tinham o hospital como o último recurso.



Uma mulher grávida na Casa das Mães

Como se sabe, nas tabancas, as pessoas recorrem ao hospital ou centros de saúde próximos só quando o doente, neste caso a mulher grávida, entra em complicações graves que já ultrapassam o nível de atendimento local (feitício ou medicina tradicional). Consequências: antes ou pouco depois de chegar aos cuidados médicos, após percorrer quilómetros de distância e um trabalho de parto prolongado na tabanca, a mulher acaba por morrer, em maioria dos casos, vítima de **roptura uterina, anemia grave, eclâmpsia e sepsi.**

Por isso, como explicou o director regional da saúde de Gabú, Cunhate Na Bangna, foi criada a Casa das Mães, como uma estrutura comunitária com a capacidade para 20 camas, com o objectivo de atrair mulheres grávidas com Alto Riscos Obstétricos (ARO). Anualmente, segundo as previsões, a casa recebe 288 mulheres grávidas deste grupo, cujo tempo médio de permanência é de 30 dias.

Para viabilizar este projecto modelo, foram treinadas, na base de cartazes com gravuras que ilustram os diferentes casos de ARO, 1400 mulheres "grandes" em todas as tabancas da Região, com a finalidade de despistar e acompanhar mulheres grávidas com

ARO.

Assim, na tabanca, qualquer mulher grávida que apresente um caso de ARO é registada e, posteriormente, conduzida ao centro de saúde de base, onde é examinada. Se o caso for menos grave e não requerer grandes cuidados, é tratado localmente. Pelo contrário, é imediatamente evacuado para a maternidade do Hospital de Gabú, para o internamento, sobretudo quando se tratam de casos complicados de ARO, como **in-chaço, perda de sangue e de líquido, sangramento durante a gravidez, parto ou pós-parto e corrimento vaginal.**

Após o tratamento, se a mulher, no entender do médico, apresenta indícios de um parto de alto risco, como por exemplo, tem anemia grave, tensão alta, má nutrição, paludismo, é conduzida para a Casa das Mães, onde permanece durante 30 dias, renováveis nas vésperas do parto, em regime de repouso, recebendo conselhos, tratamento e boa alimentação.

Importa realçar que a Casa das Mães, de acordo com a sua filosofia de funcionamento, directamente, só recebe mulheres grávidas que não apresentam complicações de ARO, nomeadamente mulheres com baixa estatura (1,40m), menores de 18 e maiores de 35 anos, as de óbito fetal ante-

rior e múltiplos, ou seja com mais de 5 partos.

O impacto da Casa das Mães

De acordo com os dados disponíveis, pode-se dizer que a Casa das Mães teve o impacto positivo na salvação da vida das mulheres. Isto, se se tomar em conta os dados estatísticos da taxa de mortalidade materna de 1989, aquando do estudo sobre a causa da mortalidade materna que culminou com a criação da Casa que apontava 15/1000 nascidos vivos comparado com os dados de 1995 e 1996 (segundo e terceiro ano de funcionamento da Casa das Mães) em que esses números baixaram para 9,42 e 9,12/100 respectivamente.

Relativamente aos anos 1997 e 1999, segundo o director regional de saúde de Gabú, não se pode precisar exactamente a taxa de mortalidade materna, porque o funcionamento do sistema regional de saúde foi interrompido, devido o conflito político militar de 7 de Junho. Mas, presume-se que aumentou, embora inferior em relação a 1989.

Tudo isso, acrescenta ainda este responsável, deve-se, por outro lado, a interrupção, durante a guerra, da Iniciativa de Bamako que permitia a deslocação dos técnicos às tabancas para a recuperação de fundos comunitários, através das vendas simbólicas de medicamentos e cartões de



Dr. Cunhate Na Bangna, director regional de Saúde de Gabú

mulheres grávidas e crianças, cujas receitas são aplicadas, em parte, na compra de combustíveis para as deslocações de rotina e outros serviços técnicos.

Dificuldades

Apesar do seu impacto positivo na saúde das mães, é bom referir que a Casa das Mães, que dependia das ajudas de GVC, alguns organismos como o PAM e pessoas de boa vontade, depara hoje com grandes dificuldades. Primeiro, o gerador do hospital que puxa a água até a Casa está avariada há duas semanas. Para conseguir este líquido, as seis mulheres grávidas que neste momento, se encontram internadas percorrem centenas de metros, contrariando assim o espírito do regime de internamento-reposo.

Neste momento, apesar de usufruir ajuda única e exclusiva do PAM, que está a ser gerida por instituições religiosas - CÁRITAS -, a Casa das Mães não dispõe de meios financeiros para comprar "mafé" por forma a melhorar a dieta alimentar das grávidas que alberga, despesa que, de acordo com o dr. Cunhate, em várias ocasiões, foi assumida por Aba Serra, coordenadora do Programa da Mortalidade Materna, que por inerência é respon-

sável da Casa das Mães.

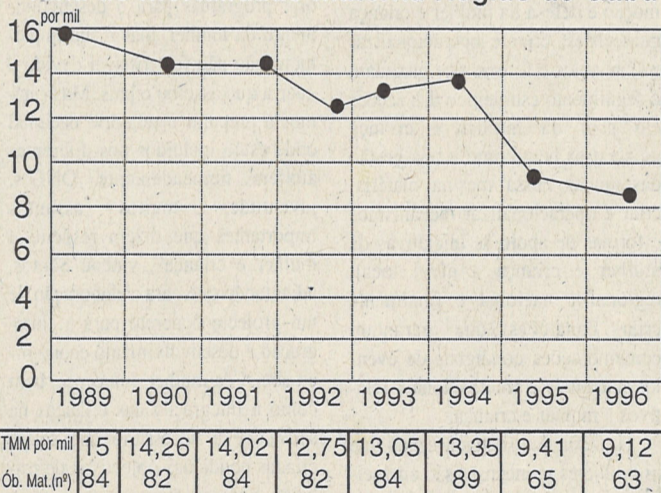
Aliás, Aua Djaló de 27 anos de idade, natural de Carabeli, sector de Pirada, internada por causa de tensão, disse que desde que ali chegou, há duas semanas, não comeu carne. "Pois, para comer um bom "mafé" há que recorrer à família, caso está na possibilidade. Pelo contrário é para esquecer", afirmou

Apelos

Finalmente, o director regional de saúde de Gabú, dr. Cunhate Na Bangna, aproveitou a ocasião para lançar um apelo a todas as entidades públicas e privadas, ONG's, organismos internacionais e pessoas de boa vontade para ajudarem a Casa das Mães, em Gabú, um projecto singular e modelo na Guiné-Bissau. Esta Casa contribui para o desenvolvimento do sistema de saúde da Região de Gabú.

Este responsável apelou, por outro lado, a todos os interessados, que tomaram o conhecimento da existência desta Casa, que venham visitá-la. "Quanto a nós estamos abertos para receber quem quer que seja, porque só com o intercâmbio de experiências e contactos que se pode efectivar uma cooperação", defendeu.

Taxa de mortalidade materna Região de Gabú



do em Bafatá, tem aumentado rapidamente. A sífilis constitui também um problema tanto para as mães como para os recém-nascidos”.

Deve ou não a nossa preocupação persistir? Tanto é que a terça parte das mães (nossas mulheres) infectadas pelo VIH-1 podem transmitir o bicho para os seus bebés (nossos filhos).

E presume-se que a actual prevalência do VIH-1 e sua tendência poderá levar a uma explosão nos próximos anos. Isto, se a informação e comunicação para a saúde preventiva não fôr reactivada no seio do Programa Nacional de luta contra a Sida (PLNLS).



Guineenses não acreditam na existência da Sida nunca viram sidático, nem seu cadáver a enterrar

Nas suas recomendações, a conferência manifestou a necessidade de “haver um empenhamento político e reconhecer o Sida como um problema nacional”.

Foi um enorme grupo de pessoas que pensam e sonham, que emitiram essa ideia, em Bissau, tendo proposto também ao Governo que crie um financiamento para a luta con-

tra a Sida, e que a problemática deste mal seja debatida a nível da ANP.

A Sida existe belo e bem na nossa terra. Existem médicos e mais técnicos sanitários que estão a lidar com pessoas portadoras do VIH ou já doentes de Sida. Se os médicos e técnicos hospitalares não falam delas e nem elas são conhecidas, é porque está a fal-

tar alguma coisa muito importante. É a legislação em que sejam garantidas a segurança e os direitos não apenas dos pacientes como igualmente dos próprios médicos. Pois, não é fácil dizer a alguém - “Olha, caro amigo, tu tens o bicho de Sida no sangue!”, ou dizer: “A sua magreza não é normal! Você está doente da Sida. Não deve fazer o amor sem usar a camisinha, senão...”. Pode ser que essa pessoa amiga se sirva do seu espanto e pavor pela morte, na idade jovem que tem, para reagir como um leão feroz contra o seu médico.

Razão para dizer que, neste período de post-conflito, tudo deve ser reactivado com força e potência enérgica que requer o PLNLS, o CECOMES, o povo guineense e a comunidade internacional, por formas a que a actual tendência para aumento brusco das infecções com os dois VIH's assumam a posição de despique e fim. É que a doença que não cura, não deve ter amigos que reguem.

Ministério das Finanças

COMUNICADO DE IMPRENSA

Por lapso técnico-administrativo, o acordado entre o Governo e as Centrais Sindicais, o Ministério das Finanças decidiu implementar o acordo assinado entre o Executivo e a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) e a Confederação Geral dos Sindicatos Independentes (SGSI) a partir de Junho em vez de Julho.

Recorde-se que no passado dia 22 de Junho, o Governo e as Centrais Sindicais chegaram a um acordo de princípio, que se prolongará até finais de Dezembro próximo, no qual o Executivo se compromete a conceder aos trabalhadores da Função Pública, mensalmente, um subsídio eventual de custo de vida, traduzido em **50 (cinquenta) quilos de arroz, a partir do mês de Junho, até Dezembro de 2000**, acrescido de um abono em

numerário de **2.000 (dois mil) francos CFA, com início a partir do mês de Julho, prolongando-se até Dezembro do corrente ano.**

Este acordo assinado em nome do Governo pelo Ministro da Administração Pública e Trabalho, Eng. Dauda Sau e pelas Centrais Sindicais, respectivamente pelos Secretários-Gerais da UNTG, Desejado Lima da Costa e pela Confederação Geral dos Sindicatos Guineenses, Selo Camará, prevê igualmente a criação de uma Comissão Técnica integrada por técnicos do Governo e seus Parceiros Sociais, deve dar continuidade ao funcionamento da Comissão Interministerial que fora criada no quadro da reforma global da administração pública, que se encarregará de apresentar a proposta de uma nova grelha salarial a

ser implementada a partir de 2001.

Devido a esse erro técnico-administrativo, o Ministério das Finanças decidiu que os descontos efectuados serão repostos até ao dia 8 do corrente mês de Julho e processado os descontos no mês seguinte em relação aos adiantamentos efectuados em virtude do nosso lapso técnico-administrativo.

O Governo assegura que os aumentos salariais que foram acordados entre o Governo e as Centrais Sindicais serão implementados a partir do mês de Julho conforme estipulado sendo garantida igualmente a aplicação do subsídio eventual de custo de vida, traduzido em 50 quilos de arroz a partir de Junho do corrente ano.

Tabaco provoca doença pulmonar obstrutiva crónica

Daqui a uns anos cerca de 15 por cento dos fumadores poderão vir a sofrer de doença pulmonar obstrutiva crónica. Um problema que se caracteriza por tosse acompanhada de uma dificuldade crescente em respirar. Nos casos mais graves, a doença evolui para a insuficiência respiratória. A partir daí a esperança de vida reduz-se para cinco anos. A tosse, acompanhada da expectoração, que persiste há mais de três meses, a dificuldade de respirar e um cansaço cada vez maior quando é preciso desempenhar actividades que envolvam algum esforço são os principais sintomas da doença pulmonar obstrutiva crónica (DPOC), uma patologia que tem tendência para aumentar nos próximos anos devido ao tabagismo.



Alcatrão, nicotina e o bom sabor de tabaco

Este aumento da prevalência da DPOC, num futuro próximo está directamente ligado aos maus hábitos do presente. "Hoje fuma-se mais do que há trinta anos. E esta é uma doença que se manifesta entre os 50 e os 67 anos, mas os factores de risco surgem por volta dos 20/30 anos. Uma vez que o tabagismo está a aumentar, daqui há algumas décadas vamos ter mais doentes com obstrução crónica dos brônquios", prevê Joaquim Moita, assistente graduado de pneumologia do centro hospital de Coimbra. Os fumadores são os que mais sofrem de DPOC, uma vez que o tabaco condiciona 80 a 90 por cento do risco de vir a desenvolver a doença.

Tal como o próprio nome indica, esta patologia provoca uma progressiva obstrução das vias aéreas.

"A DPOC engloba duas doenças: a bronquite crónica e o enfisema. A primeira é definida pela presença de tosse com expectoração durante três meses no mesmo ano, em dois

anos consecutivos. O enfisema define-se como o alargamento permanente dos espaços aéreos distais aos brônquios terminais", explicou Joaquim Moita.

Os dois principais sintomas são a tosse e a dispneia (dificuldade em respirar), manifestações que também podem estar associadas a outras

doenças pulmonares e que podem gerar alguma confusão quando se trata de diagnosticar uma DPOC. Foi o que aconteceu muitas vezes em relação à asma.

"A tendência para misturar estas duas doenças era tão grande que houve uma altura em que se falou em bronquite asmática", um termo completamente errado", esclareceu aquele pneumologista luso numa reportagem de Sandra Guerreiro. Essas imprecisões tornam mais difícil saber qual o número exacto de pessoas que realmente sofrem de obstrução crónica.

Falta de oxigénio

A tosse com a expectoração e a dispneia surgem de uma forma ligeira e vão progredindo lentamente. Os fumadores consideram esta situ-

ação normal e quando chegam ao consultório médico a situação pode ser já irreversível.

Deixar de fumar é a primeira medida para estabilizar a doença, mas a reversão raramente é possível.

A bronquite crónica tem agudizações infecciosas provocadas pela gripe, por exemplo, que acabam por dar lugar a infecções brônquicas cada vez mais frequentes. Quanto a dispneia, a sua evolução é mais discreta. Os doentes começam por sentir algum cansaço quando fazem grandes esforços. Conforme o tempo vai passando esse cansaço torna-se mais frequente, até chegar ao ponto em que simples gestos como fazer a barba se tornam dolorosos.

"A própria alimentação pode acarretar um nível de esforço tão grande que o doente não suporta", exemplifica Joaquim Moita.

A medida que a DPOC avança cria-se uma situação de insuficiência respiratória crónica. "Fazemos uma análise aos gases no sangue e verificamos que os doentes têm uma baixa de oxigénia e uma elevação de carbono. Esta é uma situação tão grave que a partir do momento em que é diagnosticada o prognóstico é de três a cinco anos de vida", avisa o especialista.

Quando se atinge a fase de insuficiência respiratória é importante a administração de oxigénio por períodos superiores a 16 horas por dia.

"Um quinto dos doentes com DPOC irá evoluir para esta insuficiência", alerta Joaquim Moita. A grande medida para travar a evolução da doença é deixar de fumar. Até porque os medicamentos melhoram a qualidade de vida dos doentes aliviando a dispneia, mas não con-

seguem travar o agravamento da doença.

Lareiras podem desencadear DPOC

O tabaco é apresentado como principal responsável pelo aparecimento de DPOC, no entanto, não pode ser apontado como o único factor de risco desta doença.

"Em Portugal, temos que enfrentar outros factores de risco, porque existe um número de doentes, cerca de um terço, que não são fumadores", afirma Joaquim Moita, com base na experiência que tem das suas consultas.

A poluição atmosférica e ambiental não representa um risco tão grande como o tabagismo, contudo, segundo especialistas, não pode ser posta de parte a influência que esses factores podem ter no desenvolvimento da DPOC.

"Os americanos dizem que a poluição domiciliária pode ser importante. O uso de combustíveis sólidos para aquecimento, sem ventilação adequada, pode originar elevados níveis de poluição doméstica", lembra este especialista.

"Quando analisamos os processos dos doentes e verificamos que esse terço dos doentes são mulheres não fumadoras, nas quais os únicos factores de risco que encontramos são as infecções de repetição na infância e o recurso ao calor das lareiras", constata, sempre com preocupação de referir que ainda não existe nenhum estudo que comprove esta relação directa entre os fumo das lareiras e a DPOC.

In Medicina & Saúde

China na libertação e na reconstrução da Guiné

O embaixador da República Popular da China, Hong Hong, procedeu na quarta-feira, a entrega oficial de mais de mil e quinhentas toneladas de arroz ao Governo da Guiné-Bissau, no quadro das relações de cooperação e de amizade existentes entre os dois países e povos.

A cerimónia decorreu nas instalações da secretaria de Estado do Comércio e Artesanato, com assinatura de protocolo entre as duas partes. Foi Bubacar Rachid Djaló, secretário de Estado de comércio e artesanato quem rubricou em nome do Governo guineense e o Embaixador Hong Hong fê-lo em nome do seu país e povo.

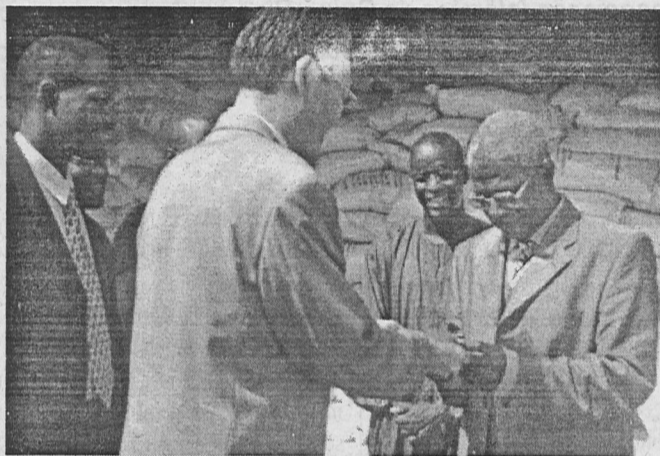
Na ocasião, Rachid Djaló agradeceu profundamente o diplomata Hong e ao Governo de Pequim pelo gesto muito amistoso e significativo do seu povo para com o da Guiné-Bissau, tendo em conta que o cereal ora ofertado constitui o alimento de base dos guineenses.

Este don vai ajudar a aliviar parte das grandes carências que o país enfrenta neste momento difícil que marca o fim de uma guerra de onze meses em que todas as visões vão no sentido de reconciliação e reconstrução do país.

Em momentos destes, a cooperação internacional tem um papel muito importante senão determinante no capítulo de aj-

das e facilidades que pode promover a nosso favor.

Razão para Rachid Djaló recuar no espaço e tempo evocando as ajudas sempre importantes que o Governo da República Popular da China tem dado ao povo e ao Governo da Guiné-Bissau desde os primórdios da luta de Libertação Nacional. A intervenção da China neste país abrangia vários domínios do desenvolvimento económico, científico e social, a saber, a formação de quadros agrícolas, comércio, construção de Estádio "24 de Setembro", assistência médica e medicamentosa, por



O embaixador Hong Hong no acto da entrega da chave do armazém

exemplo, no hospital de Cante-



A carga de mais de mil e Quinhentas toneladas

lungo, que beneficiou não somente toda a população da Guiné-Bissau, como também, cidadãos vindos países vizinhos, o fornecimento de bens da primeira necessidade, etc., etc..

O governante guineense exprimiu igualmente palavras de agradecimento em nome do Governo da Guiné-Bissau ao da República chinesa pelo recente financiamento para a recuperação da infraestrutura de produção artesanal, vulgarmente conhecido como fábrica de Bambu por técnicos do mais

populoso Estado de planeta.

Por seu turno, o embaixador chinês manifestou grande satisfação pela entrega do donativo de 1.788 toneladas de arroz ao Governo da Guiné-Bissau.

Para ele, o presente gesto simboliza a qualidade de relações de amizade e de cooperação entre os dois povos e Governos há já muitos anos.

Segundo Hong Hong o Governo chinês está ciente das dificuldades do povo guineense e do seu Estado neste processo de mudança e prometeu fazer tudo na medida do possível para ajudar ultrapassar esta situação.

O don do Governo chinês chega na hora "H" e acreditamos que vai ajudar os novos governantes a respeitar a palavra que deu aos trabalhadores da função pública: um pouco de francos CFA e cinquenta quilos de arroz todos os meses até o Dezembro deste ano. Significa que o Governo de Pequim atendeu mais uma vez ao novo apelo do povo guineense, como outrora, na luta de libertação nacional.

Domingos Meta Camará

Conferência da UPU em Abidjan

Deve-se ou não privatizar os Serviços dos Correios?

Abidjan, capital da Côte D'Ivoire, acolheu em Junho último, a conferência da União Postal Universal, UPU, em que participaram todos os países africanos membros. A representar a Guiné-Bissau esteve o director-geral dos Correios, Mamadu Aliu Jaló.

Organizada pela União Postal Universal, a conferência é a sequência da outra que teve lugar ano passado, em Beijin, na República popular da China. Os principais objectivos visados pelos organizadores do evento foi a cooperação e interação entre todos os participantes por forma a se dar maior autonomia aos operadores postais. A acrescentar a isto está o processo que visa a introdução das actividades postais nos programas dos governos.

Todos os presentes, na conferência decorrida de 23 a 24 de

Junho, foram unânimes em concluir que os operadores postais só poderão conseguir financiamentos, se os governos priorizarem o sector dos serviços postais, privilegiando-os por forma a que possam introduzir medidas concretas para o desenvolvimento da actividade postal. Pelo que os governos devem ser sensibilizados da importância dos serviços postais em comunidades, onde, nem todos têm telefone, enquanto a escrever uma carta a maior parte das pessoas sabe. Daí que se impõe a reforma postal como condição sine qua non.

No capítulo de segurança postal e encaminhamento das correspondências até ao destinatário, Mamadu Aliu Jaló, manteve contactos com os seus parceiros dos dezasseis países membros da CEDEAO e estabeleceram estratégias da cooperação, o que, no seu entender, irão certamente beneficiar os Correios da Guiné-Bissau. Outra intenção da conferência de Abidjan, reza que os países membros da UPU devem não somente cooperar em áreas concretas, mas para os países desenvolvidos criarem condições para uma maior transferência do

"knowledge" e tecnologias para os que estão em vias de desenvolvimento. A globalização tem algo a ver também com isso.

Aliu Jaló insistiu dizendo que outra recomendação, não menos importante, saída do encontro tem a ver com as reformas no sentido da privatização dos serviços. E apontou como exemplo, os correios do Brasil, Cabo-Verde, Portugal, Moçambique, e de São Tomé e Príncipe e muitos outros já estão a beneficiar com isso. Por exemplo, os correios de Angola, Moçambique, e São Tomé e Príncipe já são empresas privadas.



Director Geral dos Correios, Mamadu Aliu Jaló

Os Correios devem ser um parceiro do Governo, disse Aliu Jaló. Mas, também, os países desenvolvidos gostariam de apoiar, se tivéssemos o estatuto de empresa privada, concluiu.

Buly Conté

Banco Islâmico de Desenvolvimento

Vai instalar agência no país

Vários muçulmanos estiveram reunidos, de 29 de Junho a 3 do corrente no Bissau Hotel, no âmbito de um seminário intitulado - introdução à economia Islâmica.

O fórum foi organizado pelo Ministério da Economia e Desenvolvimento Regional, em colaboração com o Banco Islâmico de Desenvolvimento, BID, e a Associação Islâmica da Guiné-Bissau. Constituiu o objectivo fundamental do encontro, introduzir no seio dos muçulmanos guineenses as noções macro e micro-económicas da economia islâmica. Isto para que, futuramente, possam servir de parâmetros das novas relações económicas no espaço tanto nacional como internacional.

O curso que durou quatro dias, visou igualmente a selecção dos quadros técnicos nacionais que irão integrar os serviços da futura agência bancária do BID a instalar no país.

A presente iniciativa vem na sequência de um protocolo de acordo assinado em 1998, em Djeddah, na Arábia Saudita, entre a Associação Islâmica da Guiné-Bissau e o Instituto Islâmico de Pesquisa e de Formação, com substancial apoio do Banco Islâmico de Desenvolvimento, e insere-se no quadro do programa de activi-

dades que o BID está a promover nalguns Estados desta sub-região Africana.

Durante esses dias, os participantes aprenderam vários aspectos ligados com a economia nacional.

Em termos das recomendações finais, os concorrentes no evento querem ver, entre outras coisas, a organização de seminários especializados em matéria da economia Islâmica, com temas ligados com as diversas técnicas e modos de financiamento Islâmicos, tais que, a *mudharabah*, a *mucharaka*, a

venda com crédito, a venda *salam*, a *ijaraha*, *istisná*, *muzaraá*, *musakat* e *joála*.

Pretendem por outro lado, ver criado um plano de formação para economistas e fiscais muçulmanos dos países membros do BID e das comunidades islâmicas à economia islâmica, em geral e esforçar-se na difusão e vulgarização desses princípios económicos islâmicos nas diferentes línguas, através da utilização de suportes modernos de comunicação. Em perspectiva está também a intenção para a organização e realização de um seminário em 2001, que

terá como tema central - "As proceduras do BID no âmbito da promoção do sector privado na Guiné-Bissau, em parceria com a Câmara de Comércio Indústria e Agricultura".

Na cerimónia de encerramento esteve o Secretário de Estado da Indústria e turismo, António Serifo Embaló, em representação do Ministro da Economia e Desenvolvimento Regional, que esteve ausente.

Na sua breve intervenção, Serifo Embalo, disse que a iniciativa da realização deste primeiro curso internacional de for-

mação na economia islâmica é motivo do orgulho para o país.

"Para tal, a Guiné-Bissau, enquanto membro de pleno direito do Banco Islâmico e da Organização da Conferência Islâmica, OCI, tudo fará para continuar a merecer a atenção e o respeito dessas organizações.

Este governante, salientou que o seminário ora encerrado é o início de uma longa caminhada rumo aos conhecimentos e experiências já capitalizadas por outros países membros.

Mama Saliu Sané

Escolas de Enfermagem e Medicina estão de rastos

O país sentiu muito com o conflito político militar de 7 de Junho de 98. Tudo porque aquilo que tínhamos como infra-estruturas foram danificadas em consequência da guerra.

O sector da Saúde Pública foi das mais afectadas, perdendo o seu Laboratório Nacional, o Centro Mental de Brá, a Faculdade de Medicina e a Escola de Enfermagem.

Os dois últimos, que já deram provas mais de que suficiente como dos melhores centros de formação que o país possui, tendo o grande número de quadros aí formados e que têm vindo a fazer brilhantes carreiras técnicas nos diferentes centros hospitalares do país. Neste momento os referidos centros estão totalmente paralizados e sem condições mínimas para os seus funcionamentos.

Em relação a Escola de Enfermagem, nada absolutamente nada foi salvo no decorrer da guerra, desde os arquivos até os tectos que compõem os diferentes serviços dessa instituição escolar. Aliás, teria mesmo constituído a linha de frente no decorrer do conflito armado. Sem contar com as minas que ainda se encontram nessa zona

extensiva, ao Centro Mental de Brá, que também já não pode efectuar consultas e o internamento dos tóxico-dependentes.

Segundo fontes ligadas a Escola de Enfermagem a direcção deste estabelecimento de formação, funciona neste momento no Centro Materno Infantil numa condição difícil, cumprindo em parte o trabalho administrativo que passa, nomeadamente, pela emissão de certificados ou diplomas do curso. Nesta o procedimento é simples, mas duvidoso, se não vejamos:

Um aluno faz o requerimento mediante uma cópia de bilhete de identidade com o aval do professor terá o direito a um certificado, isto porque o grosso dos artigos não foi recuperado durante a guerra.

A mesma fonte adianta que o ano lectivo em causa foi salva-

guardado e os respectivos alunos que especializaram, como parteiras já estão colocados no interior a trabalhar.

Quanto a Faculdade de Medicina, aos alunos do último ano já se encontram em Cuba para conclusão dos seus estudos nas diferentes especialidades médicas. Isso é devido ao fruto dum acordo do Banco mundial com o Ministério da Saúde, considerando que a Faculdade já tinha problemas d vinda dos professores cubanos antes da guerra.

E a situação complicou ainda com o eclodir do conflito político de 7 de junho onde este estabelecimento foi atingido. Como resultado dos prejuizos ficou, entre outros, o laboratório de experiências das aulas práticas.

Nos últimos tempos os alunos do terceiro, quarto e quinto anos afectos a este estabeleci-

mento do ensino estavam a exercer pressão junto dos responsáveis máximos com vista a resolução dos seus problemas, porque já que os outros foram Cuba, também querem continuar os seus estudos.

O conjunto de todos estes problemas, sobretudo para a sua resolução, passa efectivamente por uma política perspectivada pelo Ministério da tutela na mobilização de fundos através dos parceiros do desenvolvimento.

Tanto que contactamos o Ministério da Saúde através da direcção da Escola de Enfermagem na pessoa da directora Ângela da Costa e Camilo Simões Pereira director da Escola Nacional de Saúde para saber se o Governo através do Ministério da Saúde já tem metas traçadas com vista a ultrapassar estas

barreiras.

Mas infelizmente não foi possível.

Primeiro, porque a primeira pessoa disse não ter autorização para prestar quaisquer declarações, e isso será possível só com Camilo, e com este também não surtiu efeito porque não se encontrava disponível no seu local de serviço, limitando a fazer o seu trabalho nas clínicas privadas onde ganha mais dinheiro.

A conclusão final é o povo que necessita mais, e os técnicos que ficam cada vez mais marginalizados a perderem a sua prática.

Exemplo disse são os alunos que até agora aguardam o início das aulas e dos professores que perdem a sua acção pedagógica.

Amarante Sampa

Passaportes só daqui a três semanas

- diz director dos Serviços de Migração e Fronteiras

Os serviços de migração e fronteiras que têm a função de atribuir os passaportes, estão a ser informatizados.

O seu director, Tibna Sambé Nauana disse à ANG que as acções de atribuição de novos passaportes só serão retomadas no fim das três próximas semanas.

Segundo Tibna Nauana, a presente informatização da entidade que dirige tem como objectivo fundamental, garantir o controlo sobre a atribuição dos passaportes, evitando assim qualquer falha.

Reconheceu por outro lado, que o passaporte guineense estava a ser comercializado por pessoas estranhas ao seu serviço. Agora, deixou de haver semelhante prática.

Instado quanto as perspectivas que tem para o seu serviço, Tibna Nauana respondeu: "Prometo oferecer aos utentes deste serviço menos burocracia e espero que está a altura das instituições congéneras dos países sub-região".

Apesar disso, venceu ele, será preciso saber que não se pode funcionar a 100 por cento

se continuarmos desprovidos de meios humanos e financeiros indispensáveis.

"O país já se debatia com carências económicas, e o conflito político-militar empobreceu-o ainda mais", sublinhou.

O seu serviço está empenhado em combate à corrupção e já apreendeu 45 passaportes comuns e um diplomático todos falsos. Apreendeu também um certo número de bilhetes de identidade falsos. As antigas direcções cometeram o pecado de atribuir passaportes falsos por causa de bilhetes de identidades falsos apresentados pelos necessitados, esclareceu Nauana.

Questionado sobre casos em que passaportes são atribuídos sem documentação completa exigida, respondeu que a sua direcção nunca fez isso, mas há casos excep-

cionais em que acontece isso. É quando, por exemplo, se tratar de situações de emergência, com pessoas detentoras da junta médica. Em, casos destes, pede-se apenas que a pessoa beneficiada entregue as papeladas que conformem que lhe foi dada a junta médica para efeitos de tratamento no exterior, explicou aquele director técnico.

No tocante a abolição de postos de controle no interior do país, Tibna Nuana garantiu que não serão abolidos, enquanto outros mecanismos de controle e segurança não forem encontrados. Considerou que, para esses postos serem abolidos será preciso que sejam criadas caixas e endereços postais por forma a permitir realizar a investigação em caso de necessidade.

Pobres recebem géneros alimentícios

Mais de 680 sexagenários, deficientes mentais e orfãos de pais dos bairros de Bissau, nomeadamente, Luanda, sintra/Nema, Ajuda e Chão de Papel/Varela receberam do Programa de Alimentar Mundial (PAM), 42 toneladas de cereais, óleo vegetal e ervilhas.

A Associação Nacional de Promoção dos Deficientes Mentais (Anaprodem) executou a operação da distribuição desses produtos alimentares mais carenciados entre nós.

Valentina Lopes Vaz Fernandes, que é a presidente da organização de carácter social, disse que a distribuição está a ser feita de forma equitativa e racional. Isto a fim de os mais de mil pessoas recenseadas possam ser todas contempladas.

A presidente da Anaprodem declarou haver falta de

meios financeiros para a sua organização, o que, para ela, constitui uma das maiores dores de cabeça, assim como a falta de uma sede própria.

Valentina Vaz Fernandes manifestou a intenção de a sua organização poder estender as suas acções, nos próximos tempos, as outras regiões do país, através da campanha de divulgação, sensibilização e de informação sobre a promoção e protecção dos deficientes mentais, órfãos de pais e pessoas idosas.

Silfa Sila

Ministério da Justiça

Novo Bilhete de Identidade para breve

O ministério da Justiça está a ultimar o modelo definitivo do novo Bilhete de Identidade. Quem o disse à Agência Nacional da Guiné, ANG, é o secretário geral dessa intuição.

Wilson Barbosa adiantou que o seu ministério pretende informatizar os serviços e computadorizar todos os dados afim de torná-los mais eficientes. Nesse processo está a colaborar com a Alta Autoridade

para a Energia e Água.

Falou também do início, para breve, de um projecto denominado **campanha nacional de registo e identificação civil** com vista a permitir que toda a população tenha direito à cidadania, devendo a primeira

fase arrancar com crianças de zero a dez anos de idade.

O Secretário geral da justiça negou a existência de burocracia pesada na obtenção de B.I. argumentando que o que existe são os "ditos intermediários ou os facilitadores" constituídos por

grupo de pessoas que, por ironia do destino, prestam serviços de forma ilegal ao público postulante.

Reconheceu a existência apenas de uma certa morosidade na concessão de B.I., motivado pelo estado caótico

em que se encontram os Arquivos Cíveis.

Segundo Wilson Barbosa, os guineenses com B.I. rondam o conjunto de 300 mil. Muito pouco se se tiver em conta que a população guineense é de cerca de um milhão e meio.

NÔ PINTCHA

FUNDADO EM 1975

Director: Enfamará Cassamá

ANO XXIV - N.º 1618

Semanário de Informação Geral

Av. do Brasil - CP 154 - Telef. 21 37 13 / 21 37 26 - Bissau

A consagração da Diva

Este sábado, 15 de Julho, tem lugar na Discoteca Tropicana uma festa em homenagem a Embaixadora e maior cantora da música moderna guineense, Dulce Neves. O evento é organizado pela secretaria de Estado da JCD, FED e Sociedade Guineense de Autores.



Vamos mudar a comunicação social

- disse Pedro da Costa

“Não vamos criar dificuldades e nem censurar a imprensa. Mas, esta deve agir e informar em respeito às leis da imprensa”, declarou ontem o secretário de Estado da Comunicação Social. O historiador Pedro da Costa falava em cerimónia de abertura de mais um curso de formação para jornalistas, promovido pela Liga Guineense dos Direitos Humanos, no salão nobre da UNTG, em Bissau.

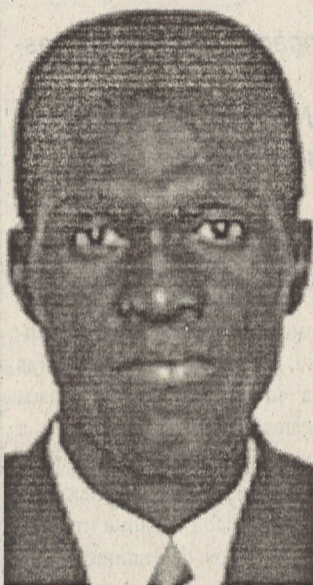
Sendo objectivo do encontro o “veículo de informações que contribuam para o aprofundamento da democracia e o respeito pelos direitos humanos”, o jovem governante propôs aos jovens jornalistas concorrentes a difundirem tudo o que é uma informação que possa contribuir para o reencontro dos guineenses, uma vez que saímos de um conflito militar em que as pessoas estiveram separadas e divididas.

Para Pedro da Costa, a comunicação social deve ser mais agressiva, mas também deve ser muito activa na promoção e sensibilização sobre as acções do Governo. “Estamos apostados em mudar a comuni-

cação social, melhorando as condições de trabalho para os jornalistas e técnicos que operam no sector”, acrescentou.

Indicou que o Governo irá procurar a evitar quaisquer confrontações com os jornalistas, razão pela qual tem estado a estreitar os laços não apenas com os média do Estado como com os privados. “Há poucos dias, a minha secretaria de Estado ofertou a imprensa gratuita de seis edições para cada jornal privado nas oficinas da INACEP. O que lhes permitiu arrecadar alguns ganhos em dinheiro”, explicou Pedro da Costa.

Quanto a realização do curso, louvou a iniciativa da Liga guineense dos direitos humanos,



Pedro da Costa, Secretário de Estado da Comunicação Social

que considerou de parceira do Governo em acções de defesa dos direitos da pessoa humana. Pois, segundo ele, “A luta contra a pobreza” é uma acção que vai nesse sentido.

Inácio Tavares, que é o presidente em exercício da Liga, foi muito breve a falar dos objectivos do atelier. E dele ficou retida a preocupação da sua organização humanitária, em promover cursos em que os jornalistas guineenses possam sair formados e reciclados.

“O presente atelier é uma sequência da cadeia de formações que havíamos iniciado para os jornalistas, as quais tivemos que interromper devido a guerra de sete de Junho de 1989”,

explicou.

E, se as coisas correrem bem, o novo presidente da Liga pela protecção dos direitos humanos pensa promover outras formações para polícias, militares, mulheres, etc., em datas que não citou.

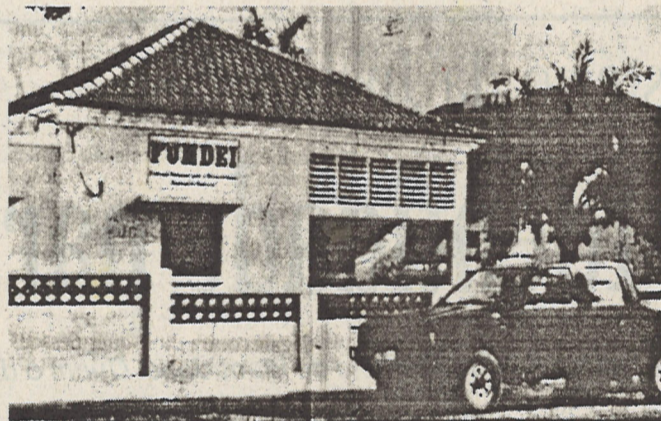
Tome nota, pois, neste acto inaugural estiveram também o presidente do Conselho Nacional de Comunicação social, Luis Góia, uma representante da embaixada da Holanda, a senhora Diarra, em representação do enviado especial das Nações Unidas na Guiné, o vice-presidente da Liga, João Vaz Mané, Abdú Mané, da Ordem dos Advogados, e alguns deputados.

A Fundação Guineense para o Desenvolvimento Industrial, FUNDEI, deseja que a castanha de cajú passe a ser transformada localmente a partir do ano que vem.

Em entrevista a ANG, o director executivo desta fundação prometeu fazer o melhor de si mesmo até chegar a esse ponto em que a castanha de cajú possa ser transformada em amêndoas para a exportação.

Califa Seidi, segundo a ANG, disse que a presente iniciativa aparece num conjunto de objectivos que norteiam a sua organização, que é a promoção do sector industrial com base em pequenas e médias unidades.

Segundo a ANG, Seidi tem em perspectiva dezenas de pro-



Vista parcial do sede da FUNDEI em Bissau

jectos a financiar nos domínios agro-industrial, comunicação e produção audiovisual, além dos sectores de turismo, culinária, construção civil e a reabilitação da cerâmica de Bafatá. A

FUNDEI possui vários parceiros tanto localmente como no estrangeiro, que lhe disponibilizam linhas de crédito para financiar os projectos nacionais.

Amêndoa de castanha de cajú para breve

Criada pela iniciativa conjunta entre o Governo da Guiné-Bissau e o seu similar da Suécia, através da Agência sueca para o Desenvolvimento Internacional, ASDI, a Fundei é uma instituição de carácter privada. Começou a exercer as suas actividades em Fevereiro de 1996.

Em jeito de balanço, o seu director executivo qualificou de positivo os quatro primeiros anos d existência da organização e por haver progressos económicos consideráveis. Enfim, Califa Seidi falou na existência já de 75 pequenas unidades industriais instaladas pela sua organização neste país.



Uma das unidades de processamento da castanha de cajú beneficiárias do apoio da FUNDEI